

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO
SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO
Reunião Ordinária n.º 02
de 18 - 12 - 2021

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	1º Secretário	P
Tiago José Baleixo Lourenço	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P	David Manuel Barbeitos	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	P	Joaquim Silva	P
Vítor Jorge Castro Rodrigues	P	Agostinho Alves	P
João Francisco Domingues Gonçalves a)	P	Amado Dias	P
António Manuel Domingues	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	José da Ascensão Afonso	P
Daniel Araújo da Rocha b)	P	Alfredo Domingues	P
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	Amadeu Esteves	P
Bárbara Cristina Ribeiro Lima c)	P	Ricardo Jorge Alves	P
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Márcio António Silva Alves d)	P	Manuel Fernando Teixeira Pereira	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
Manuel António Almeida	P		
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P		
Fernanda Catarina Pereira Pinto Barbosa	P		
Ariana Andreia Rodrigues Fernandes	P		

P-Presença F-Falta

- a)Substitui Maria José Rodrigues Dias
- b) Substitui Vítor Sílvio Cardadeiro
- c) Substitui António José Gomes Nabeiro
- d)Substitui Alexandra Cláudia de Sousa Táboas



Quando eram dez horas, deu-se início à sessão.

O Deputado José Albano Domingues pediu para que ficasse registado que foi eleito como líder da bancada parlamentar do grupo PSD. Solicitou também que os Deputados José Albano Domingues, Aurora Soares e Manuel Rodrigues passem a receber os documentos desta Assembleia em papel.

A bancada parlamentar do PS indicou o deputado Manuel Luís Gonçalves como líder da bancada e este solicitou a informação por escrito, assim como o Deputado António Manuel Domingues.

Aberta a discussão, a Presidente da Assembleia esclareceu que houve uma recente alteração à lei da paridade que recomenda que a mesma também se contemple na mesa da Assembleia Municipal, pelo que leu a seguinte informação: "Após a eleição da Mesa da Assembleia Municipal, foi detetada uma inconformidade com as disposições legais atualmente em vigor, no que se refere à lei da paridade nos órgãos colegiais do poder político, a qual foi alterada no ano de 2019. Assim, a mencionada lei na sua anterior versão, determinava apenas que as listas das candidaturas apresentadas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais, são compostas de modo a promover a paridade entre homens e mulheres. Contudo, a atual versão, determina no número dois, do artigo número um, que as listas dos candidatos às mesas dos órgãos deliberativos das Autarquias Locais são compostas de modo a respeitar a paridade entre homens e mulheres. Face a esta alteração, considera-se que a composição da mesa da Assembleia Municipal, eleita na passada sessão, não cumpre a regra da paridade legalmente estabelecida, pelo que se propõe nova eleição do segundo secretário, garantindo que as deliberações tomadas por este órgão deliberativo até à presente data não serão colocadas em causa, na sua validade, não havendo, portanto, necessidade de se proceder à repetição das votações e deliberações tomadas."

Dito isto, a Presidente informou também que na altura falou com ambos os líderes da bancada para informar da situação e, tratando-se de uma lei, proceder-se-á à aplicação, elegendo um deputado para segundo secretário.

O Deputado Manuel Luís Gonçalves pediu a palavra, para cumprimentar toda a Assembleia e em seguida para propor a substituição da Deputada Catarina Barbosa



pelo Deputado António Nabeiro. Apesar de este último não estar presente nesta reunião, por motivos de isolamento profilático, foi colocado ao corrente da alteração e este aceitou o cargo proposto, pelo que foi o nome sugerido pelo grupo parlamentar do PS.

Nada mais havendo a referir sobre este assunto, passou-se à votação do segundo secretário, tendo sido **aprovada por maioria**.

Neste assunto não votaram Edgar Rodrigues e Francisco Reis Lima, por terem chegado atrasados.

Proposta de alteração do segundo secretário da Mesa da Assembleia: Proposta do grupo parlamentar do PS: Deputado António Nabeiro

Votos Nulos	0
Votos Brancos	3
Votos a Favor	23
Votos Contra	5
Total	31

Ficou eleito para segundo secretário da Assembleia Municipal o Deputado António Nabeiro. Como se encontra ausente nesta reunião, pelos motivos acima referidos, a Presidente da Mesa, propôs o Deputado Tiago Lourenço como substituo do segundo secretário na sessão deste dia. Como ninguém se opôs, este substituiu a Deputada Catarina Barbosa.

Passou-se em seguida, à votação das atas das ultimas reuniões. Na ata do último mandato surgiu a dúvida se deveria ou não, vir a esta Assembleia. Depois de pedido um parecer, que foi favorável, a Presidente da Mesa esclareceu que só votariam as pessoas que estiveram presentes na referida reunião de 10 de setembro de 2021.

A ata de 10 de setembro de 2021 foi **aprovada por unanimidade**.

De seguida, passou-se à votação da ata da primeira reunião ordinária do mandato, de 9 de outubro de 2021. Esta foi também **aprovada por unanimidade**.

A Presidente da Assembleia aproveitou para informar de que se mantém o mesmo sistema de envio das atas com alguns dias de antecedência, para dar



oportunidade aos senhores deputados de analisarem, e, se assim o entenderem, darem o seu contributo, economizando assim, algum tempo aquando da discussão e votação das atas.

Assunto n.º1	Período de “Antes da Ordem do Dia”
---------------------	---

A Senhora Presidente da mesa abriu as inscrições para este ponto. Inscreveram - se os Deputados: Vítor Jorge Rodrigues, António Domingues, Aurora Soares, José Albano, Paulo Cerdeira e Maximiano Gonçalves.

O Deputado Vítor Jorge Rodrigues iniciou a sua intervenção cumprimentando a assembleia. Em seguida expôs o que entende ser também a preocupação dos melgacenses em duas áreas: a área da saúde, nomeadamente a situação relativa às consultas no Centro de Saúde. A outra preocupação teve a ver com as redes de comunicação, pelo que pediu que o Senhor Presidente da Câmara fizesse um pequeno balanço sobre estas situações.

A Senhora Presidente da Mesa passou a palavra ao Deputado António Domingues. Cumprimentando toda a Assembleia, passou a ler a sua intervenção: “Fui eleito para esta Assembleia, e é aqui, nesta sala, que eu jurei que ia defender os melgacenses. E, aquilo que eu disser, seja o que for, se não cair bem seja à Presidente da Assembleia ou ao Presidente da Câmara, ou aos Senhores Deputados, tenham paciência! Mas, ao sair daquela porta, para mim morreu o assunto. É aqui dentro que eu discuto os assuntos: cara a cara, olhos nos olhos. Começo por interpelar o Senhor Presidente da Câmara, pois gostando das coisas claras, há umas confusões que gostava que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse, sendo ele a pessoa mais indicada. Gostava que informasse a Assembleia se alguma vez, pôs à disposição da Câmara ou da E.S.E. algum monte para vender, para doar ou emprestar. Antecipo já a resposta do Senhor Presidente dizendo que nunca tive nenhum monte, para vender, oferecer ou emprestar. Quem disse isso, disse uma rotunda mentira. Engraçado, até parece anedota: vocês sabem de que são as parcelas que, a câmara ou a E.S.E. quis negociar? Uma, é do senhor Dr. Manuel Batista, e a outra ao lado, é do senhor Dr. José

Albano Domingues. Não são do António Manuel Domingues. O senhor Manuel José Batista, que é meu primo, e que está em França, tem uma parcela. A outra, é do outro meu primo, José Albano Domingues, que também é doutor! Tem piada, não tem? Eu nunca tive nem tenho monte nenhum! Eu, como sempre faço, gosto de ir ouvir os opositores que não considero inimigos e, por isso, fui à Praça da República ouvir o último candidato à câmara que não conhecia. Eu gosto de ter opinião sobre as pessoas. E ouvi estas puras realidades.”

A Presidente da Assembleia interveio e pediu ao deputado que fosse mais breve na sua declaração. O Senhor Deputado continuou pedindo esclarecimentos: “Foi afirmado, nesse ultimo comício, apontando para a pessoa que estava ali, que era eu, não disseram o nome, mas não foi preciso, porque disseram o seguinte: a Câmara fez um negócio ruinoso. Eu até podia estar de acordo, mas é mentira porque a Câmara não fez negócio nenhum. Esta é a primeira mentira. A segunda mentira: esse negócio foi para pagar favores políticos. Mal anda quem vem para a política para pagar favores políticos! Ando aqui há 45 anos e nunca andei atrás dessas coisas, nem ando. A terceira mentira foi que, o negócio foi com um histórico do partido socialista, que pertence à Assembleia Municipal. No fim, tive o prazer de alguém que está sentado aqui nesta Assembleia, Deputado do PSD, que me veio cumprimentar e me disse: este gajo já fez merda! E eu não sou mentiroso. Não disseram o meu nome, mas não foi preciso! Eu também não vou dizer quem foi o Deputado que disse isto. Mas se disser que foi um senhor que é advogado, que foi candidato à Assembleia Municipal, e que pela segunda vez levou cartão vermelho, toda a gente sabe quem é. Não é preciso dizer o nome. Mas estas coisas, a gente sabe como é que é. Na campanha eleitoral, reforce-se, distorce-se, diz-se e rediz-se. Parece que se diz uma verdade e cinquenta mentiras. Desculpa-se, mas há linhas vermelhas que não se podem ultrapassar. E estar a atacar pessoas pessoalmente, não é fazer política. Mas eu acredito que são pessoas de bem, depois da explicação que o Senhor Presidente da Câmara der a confirmar aquilo que eu estou a dizer, tenham um rebate de consciência e reponham a verdade aqui e na Voz de Melgaço, onde andaram a dizer essas mentiras todas. Já agora, houve outro Senhor Deputado que se despediu aqui da última vez, elogiando-se porque parece que se não fosse ele a Assembleia Municipal não tinha existido, Melgaço tinha desaparecido, é a



opinião dele. Ainda bem que não está aqui. Foi lá gerir outra casa, e bem precisa. E eu sei, que para resolver o problema foi à bofetada e ao pontapé. Desejo-lhe é que ganhe o próximo combate. Espero não ter que voltar a falar deste assunto. E tenho muita pena falar desta maneira porque nestes anos todos nunca o fiz e, incomodou-me bastante. Gosto de deitar a cabeça na almofada e dormir descansado!”

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Deputada Aurora Soares, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Parabenizou o município pela organização da jornada da quinzena da igualdade de género, principalmente a tertúlia sobre a participação das mulheres na vida autárquica, pois foi muito benéfica e com muito interesse. Depois, apresentou algumas reclamações de municipais e questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre se haverá alguma previsão da altura em que se procederá ao arranjo dos passeios que estão menos bem na Vila, dando como exemplo os passeios nas Carvalhiças, que estão em mal estado, tendo havido pessoas que já ali caíram. Acontece o mesmo na zona da Escola - Avenida Capitão Sagueiro Maia, na Barbosa, Beco dos Frades, e entre outras também no Poço de S.Tiago. “Se queremos que Melgaço seja um destino turístico de excelência, estas infraestruturas terão de estar em condições, não só isto, mas também a limpeza da Vila, a questão do lixo nos contentores, principalmente aos fins de semana, embora nem sempre seja da responsabilidade da câmara, pois também há falta de civismo das pessoas, outras vezes deve-se à dificuldade das pessoas se deslocarem para colocarem o lixo dentro dos contentores. Convinha reforçar esta ideia, porque talvez haja necessidade de reforçar a recolha de lixo ao fim de semana, principalmente nos períodos em que há mais afluência de pessoas ao concelho: mês de Agosto e Natal. Não só na Vila, mas também nas freguesias, que às vezes os contentores existentes podem ser insuficientes, ou a recolha não ser feita com tanta frequência. E também levar a cabo algumas ações de sensibilização não só através do Facebook, porque há muita gente que não tem, mas também na prática, para sensibilizar as pessoas para colocarem o lixo devidamente no contentor, nos ecopontos. Relativamente a uma publicação do PSD, sobre o lixo na rua 1.º de Maio, em altura de campanha, o Senhor Presidente disse na reunião de Câmara que estariam a tentar insinuar que houve desleixo da Câmara nessa altura, porque, a questão da avaria do ecoponto não é da

culpa da Câmara. O que acusamos foi a falta de sinalização da situação no local que estava ali a aportar algum perigo para as pessoas que ali passavam. Há também pessoas que se queixam da falta de sinal de TDT. Não sei se já estão a par dessa situação, se já efetuaram alguma diligência no sentido de averiguar o que se passa, gostava de saber se há alguma resolução para esse problema. Relativamente às Carvalhiças, parece que há um desfasamento de iluminação pública desde que se passou para a hora de inverno. Naquela zona as luzes públicas só acendem por volta das vinte horas. Também há queixas da falta de iluminação na zona da Capela da Senhora da Pastoriza, o que faz com que vão para lá pessoas para atos menos próprios e haja lixo naquela zona e arredores. Há ainda queixas da falta de cuidado no Convento das Carvalhiças, o que pode implicar alguns acidentes, por exemplo, há um emaranhado de fios elétricos, e isto é público, que não tem qualquer atividade. Outras pessoas deram conhecimento de barulhos de carros, tipo rally, a altas horas da madrugada. A Deputada concluiu a sua intervenção questionando se já se tomou alguma medida, como a de comunicar à GNR este assunto.

A Presidente da Assembleia deu, em seguida, a palavra ao Deputado José Albano Domingues. Depois de cumprimentar todo o plenário, iniciou por responder à intervenção do deputado António Manuel Domingues. O deputado referiu que apesar da estima que por ele possa ter não são, certamente, pessoas da mesma família. Prosseguiu dizendo que quem o conhece sabe da frontalidade com que diz aquilo que pensa, nunca se escondendo atrás de um papel ou de um monitor.

Em jeito de reparo acrescentou que se aquele senhor deputado também preza por dizer o que pensa frente a frente se deveria ter absterido de se pronunciar, e de forma menos abonatória, acerca de um senhor deputado que já nem se encontra na Assembleia, e para mais veiculando notícias que podem não passar, e se calhar não passam mesmo, de simples boatos, como, tantas vezes, acontece nesta terra. Quanto ao mais, e à propriedade do terreno referenciado no protocolo celebrado entre a Câmara e o IPVC ou Escola Superior de Desporto e Lazer, o deputado José Albano referiu que o que ontem era verdade hoje, ou amanhã, pode já não o ser, que existem documentos que facilmente podem comprovar o que cada parte alega, e que entende existir um *timing*



para tudo, o qual, no assunto a que o senhor deputado António Domingues se referiu, se encontra mais do que ultrapassado.

De seguida, o deputado José Albano Domingues procedeu à leitura da sua intervenção:

"Estamos praticamente a iniciar a escrita de mais um capítulo na história do exercício democrático na Terra que a todos, por diferentes razões, une. Para que uma tal escrita seja linear, e faça *jus* às conquistas do 25 de Abril, entendo que esta Assembleia se deve pautar pela discussão, se por um lado acérrima, acutilante, e permanente, pelo outro (lado) serena, leal, e colaborante, com enfoque naqueles que são os verdadeiros problemas e os maiores desafios do nosso território, mas também dos projetos, planos, programas, políticas, e linhas de ação que importa implementar em ordem a que atinjamos, nestes próximos quatro anos, um patamar de desenvolvimento, de crescimento, de bem-estar social e económico, que nos faça querer continuar a viver em Melgaço, e não o contrário, como tantas vezes vemos acontecer.

Permitam-me, porém, fazer aqui um breve parêntesis para dizer que entendemos que este início de mandato não começou da melhor maneira. E não começou porque assistimos à distribuição de um infomail, pago com o dinheiro de todos nós, contribuintes, pretensamente informador da constituição dos órgãos autárquicos. Um infomail no qual se omitiram vereadores que integram a Câmara Municipal de Melgaço, e no qual vemos dar realce a todos os deputados eleitos para esta Assembleia nas listas do PS, com o descolorido dos seus pares eleitos na do PSD.

Não temos dúvidas de que à Câmara Municipal não ficou bem esta iniciativa, e à senhora Presidente da Mesa desta Assembleia nada bem ficou associar-se a ela.

Também não temos dúvidas (digam-nos o que nos disserem) de que foi intencional, voluntário e querido. Nesta fase adulta das nossas vidas, aliás, já não acreditamos em histórias da carochinha, nem em coincidências desta natureza.

Não me canso de dizer que todos os eleitos têm a mesma legitimação democrática, que colheram no voto popular, expresso nas urnas. Todos os eleitos, mas também todos aqueles que os elegeram, merecem respeito.

Posto isto, pedimos aos membros da Mesa desta Assembleia, entretanto eleita, que neste mandato consigam despir a capa do partido sob cuja veste foram conduzidos



até tais cargos, pedimos a orientação cuidada e imparcial dos trabalhos nesta Assembleia, flexibilidade nos tempos de intervenção, incentivo à explanação das diferentes opiniões, visões, juízos e perspetivas políticas, a colaboração e a lealdade que, podemos assegurar-lhes, do lado da nossa bancada sempre nos empenharemos em também lhes reservar.

Pedimos ao Executivo, encabeçado pelo senhor Presidente da Câmara, a compreensão para o papel que nos cabe nesta sede desempenhar, de órgão deliberativo e fiscalizador da atividade governativa, de permanente atenção sobre as ações e escolhas que, nesse exercício, entendemos não serem as mais corretas ou acertadas. Só dessa forma, com o uso da virtude da serenidade, sem melindres de espécie alguma, e com recíproco respeito, se poderá ambicionar fazer mais e melhor pelo nosso concelho, e catapultá-lo para um patamar superior.

Queríamos aproveitar este ensejo, finalmente, para felicitar e desejar, sem exceção, a todas e todos os vereadores e deputados eleitos, independentemente da sua cor política ou partidária, que se sintam orgulhosos por terem sido escolhidos pelo povo para representar, neste Parlamento, com dignidade e distinção, as legítimas aspirações e interesses dos Melgacenses, assim como para serem os fiéis depositários da esperança deles num futuro melhor.

É com este espírito, de verdadeira, mas nobre, missão, que também nós, deputados eleitos pelo PPD/PSD, aqui estamos, e estaremos, assim no-lo permita a saúde e queira Deus.

Por último parabenizar para os deputados desta Assembleia que integram as listas candidatas, pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, nas próximas eleições legislativas de 30 de janeiro, a Dr.^a Aurora Soares mas também o João Silva.

O meu obrigado a todos."

Em seguida a Presidente deu a palavra ao Deputado Paulo Cerdeira. Este cumprimentou toda a Assembleia e deixou algumas considerações. Estando quase a cumprir-se dois anos de pandemia, não tendo sido fácil para vários setores económicos, no nosso concelho, os produtores têm conseguido resistir, contribuindo com sucesso para o bom desempenho, do setor vinícola, no município. Isto reflete-se no preço pago pelas uvas em Melgaço. As empresas deste concelho conseguiram agarrar e manter os



preços e continuar a exportação. Deixou o desafio, para que a uva da região se continue a valorizar, pois cria valor e um forte investimento no setor. Sozinhos teria sido difícil, deixando por isso o testemunho, o reconhecimento e o elogio ao município pela ajuda ao setor, pela coragem, pela ousadia e por arriscar. Pela inovação aquando do aparecimento, no ano dois mil e dezanove, do covid-19, pela festa do Espumante quando já toda a gente voltava atrás. Agradeceu ao Presidente da Câmara pela coragem e determinação, quando era mais fácil não arriscar. E porque o território não é só vinhos e adegas, existe um trabalho sério de promoção de todos os setores desde a montanha até à ribeira. Melgaço, é agora, uma referência em várias áreas e vertentes do território. Recentemente, foi-nos atribuído o selo de destino turístico sustentável. São anos de trabalho em prol de um objetivo. Felicitou também o Senhor Presidente pelos recentes cargos que assumiu, sinal de reconhecimento pelos seus pares: Presidente da Adriminho e Presidente da CIM do Alto Minho.

De seguida foi dada a palavra o Deputado Maximiano Gonçalves. Iniciou a sua intervenção saudando a Senhora Presidente e na sua pessoa toda a Assembleia, desejando um excelente mandato para todos.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara, com alguns assuntos, que considera relevantes e de importância. Parabenizou-o pela sua eleição como Presidente da CIM, em seu nome e da bancada parlamentar do Partido Socialista. É, sem dúvida, um reconhecimento do trabalho realizado, mas simultaneamente o reconhecer da capacidade para lutar por uma região. Já o tem feito, e continuará a fazê-lo. Uma região que já se tem desenvolvido bastante nos últimos anos, mas ainda como todos sabem, falta muito fazer. Será, sem dúvida, e atendendo aos apoios financeiros que se avizinham, um trabalho que lhe irá exigir uma grande capacidade de liderança nos seus pares, mas também um diálogo e uma exigência constante junto do governo central. Recordou também, que desde a sua constituição, em dois mil e oito, a CIM, apenas conheceu três presidentes diferentes, e que dois, são de Melgaço.

Deixou algumas palavras sobre as visitas de vários membros do Governo a Melgaço. Visitas feitas fora do âmbito eleitoral, mas importantes, porque foram aproveitadas pelo executivo, para trazer assuntos de interesse para o concelho e para a região. E colocam, mais uma vez, Melgaço na liderança de alguns projetos de interesse



da região e nacional. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que abordasse a vinda da Ministra da Agricultura, entre outras coisas, a instalação em Melgaço do Núcleo Tecnológico para a Sustentabilidade Agro Alimentar; e também a visita da Ministra da Coesão Territorial. Um dos pontos fulcrais da sua agenda no concelho, foi a Zona Empresarial de Alvaredo e também a rede Municipal de Percursos Pedestres e Cicláveis. Ainda nesta visita, a Senhora Ministra deu alguma informação sobre um projeto, que é apadrinhado pelo Presidente, e que tem que ver com o acesso de todos os municípios aos fundos comunitários. É um projeto que engloba vários municípios de vários países, e que a nível nacional o município de Melgaço está a liderar este processo. Por vezes os fundos comunitários passam ao lado dos municípios, estes não têm acesso a esses fundos. Será uma boa altura para inverter esta filosofia. Por último referiu-se a visita do Ministro da Educação. Deixou algumas considerações importantes, que tiveram como objetivo os vinte anos do Centro de Estágios de Melgaço, o protocolo da Cedência da Pousada da Juventude, o cartão jovem municipal e por último uma candidatura de Melgaço ao Campeonato Europeu do XCO 2025. Também solicitou ao Senhor Presidente que abordasse dois projetos que já terminaram, que é o projeto da Raia Termal e o projeto das lojas POP-UP, em forma de balanço. Por último, referiu-se a uma empreitada que a câmara municipal está a lançar, que é importante, pois demonstra que como já aqui foi dito, há alguns anos atrás, mesmo não entrando no célebre negócio das Águas do Minho e Lima, a Câmara Municipal de Melgaço continua a investir no setor das águas, tendo em vista o aumento e o controlo da qualidade da água fornecida aos munícipes, referindo-se à remodelação da rede de abastecimento da água à Vila de Melgaço.

Após o término das intervenções para este período a Presidente da Assembleia tomou da palavra para esclarecer o Deputado José Albano, relativamente ao assunto do infomail.

A Presidente esclareceu que não vê as coisas como havendo uma má intenção por de trás de tudo o que se faz, e como exemplo disso, e aproveitando a presença na sala do jornalista da Voz de Melgaço, referiu que na altura da tomada de posse, saiu um artigo nesse jornal local, onde apareciam todos os eleitos quer para a Câmara Municipal, quer para a Assembleia Municipal. No entanto, a Senhora Presidente da



Assembleia não estava nesse artigo. Assim como entendeu essa omissão como um lapso, esclareceu que não entende que haja sempre uma má intencionalidade aquando da elaboração do infomail.

De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos senhores deputados. O Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando toda a Assembleia desejando bom trabalho para este mandato. Em resposta ao deputado Vítor Jorge Rodrigues passou a dar algumas informações sobre os assuntos por ele abordados: as redes de comunicação e a situação da saúde, uma matéria delicada no nosso território e sobretudo nestes quase dois anos de pandemia. Sobre as redes de comunicação, o trabalho continua de forma afinçada. Em parceria com a Altice, estão neste momento a fazer tudo o necessário, para apresentar a solução que está a ser desenhada pela visita de técnicos da Altice ao terreno. O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro está a fazer o acompanhamento do local onde vão ser feitos os pontos de acesso à rede móvel para os dois lugares de Castro Laboreiro, que ainda têm praticamente ausência de rede, que são os lugares do Ribeiro de Cima e do Ribeiro de Baixo. O trabalho está a ser construído de forma consistente, sólida, para que seja apresentado o projeto no primeiro semestre deste ano e terem essa realidade completamente resolvida, e porque estes melgacenses têm os mesmos direitos que os outros. O Deputado Maximiano também falou no interesse da vinda de alguns membros do Governo, e quando esteve cá a Ministra Ana Abrunhosa foi clara quanto ao interesse nacional para essa matéria da fibra ótica e, já está a ser lançado um concurso internacional para que esta chegue a qualquer um dos pontos mais recônditos do nosso país. O governo começou o concurso para 5G e com o resultado financeiro, irá fazer aquilo que é fundamental, um serviço público, levar as redes a todo o nosso território nacional. Em relação à questão da saúde, a noção que existe é que, a saúde neste país, por um ou por outro motivo, está sempre debaixo de fogo. Antes da pandemia, por questões políticas, durante a pandemia, e num processo de recuperação pós covid, porque os recursos são limitados, os recursos humanos estão extenuados e a capacidade de resposta não pode ser aquela que todos esperavam. E isso também se passa aqui, no nosso município, em Melgaço. Na semana passada reuniu com um



conjunto de figuras representativas do Centro de Saúde de Melgaço, de vários setores de trabalho, para perceber as dificuldades. Continuará a apoiar a Saúde, como já o tem feito, dando como exemplo a dádiva de material informático, feito no início da pandemia. Continuando a apoiar com recursos humanos, para ajudar, concretamente, no atendimento no Centro de Saúde. As pessoas que trabalham na saúde estão a fazer tudo para voltarmos à normalidade, mas é preciso ajudar a população a desconstruir esta tendência de apontar as armas ao pessoal da saúde que trabalha incansavelmente. E, nesta Assembleia, ouviu elogios ao processo de vacinação feito neste território: exemplar no Alto Minho. O que está a ser feito em Melgaço, na área da vacinação é verdadeiramente exemplar. Não é por acaso que os números do município, se tem mantido com este equilíbrio. De repente, a mesma população que elogia rasgadamente pelo trabalho que fazem, salta para o outro lado e começa a crucificar as pessoas que trabalham na saúde. Há dificuldades, nomeadamente, materiais, falta de recursos humanos, mas com certeza que é preciso ajudar estas pessoas na sua missão e dar-lhes força. Enquanto presidente da CIM, tem uma preocupação mais vasta, que não passa exclusivamente por estas questões relativamente ao centro de saúde. Teve oportunidade de conversar com o concelho de administração da ULSAM e rapidamente tem que se construir um diagnóstico das necessidades de cada um dos municípios do Alto Minho, perceber os investimentos que são importantes fazer-se em cada um deles, do ponto de vista dos Centros de Saúde, para que se consiga até 2026 requalificar integralmente todo o equipamento existente. Recentemente, foi apresentado um projeto em Viana do Castelo, mas não é suficiente, tem que haver projetos em todo o distrito.

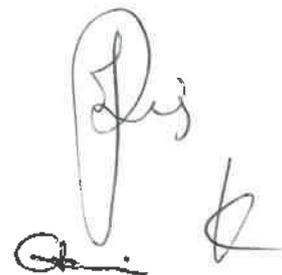
Em relação à intervenção do Deputado António Domingues, este colocou uma questão que, de alguma maneira, o afetou pessoalmente. Referiu existir um clube daqueles que gostam de inventar, relativamente àquilo que é a realidade pessoal de cada um de nós, sem procurar perceber a realidade das coisas. Atiram, acusam, difamam e levantam situações como essa. É lamentável. Toma como suas as dores do Deputado. Este processo veio a esta casa a seu devido tempo, e na altura desenhado, pela ESDL e Instituto Politécnico de Viana do Castelo que arrendariam um terreno, cuja propriedade, é de um tal José Albano, estando em nome da mãe e de toda a família e, era esse terreno que estava em causa para ser arrendado e para depois ser construída



uma solução de habitação. Informou a Assembleia que todo este processo teve uma evolução enorme, porque entretanto foram anunciados valores no PRR para a construção de habitação dos programas, e a linha de financiamento, que será aberta brevemente, permitirá a aquisição de terreno e a construção de soluções. Aquilo que se trouxe aqui, protocolado com a Câmara Municipal, Instituto politécnico de Viana do Castelo e esse proprietário, acabou por cair por terra. Portanto, anunciou, que esse protocolo foi anulado, já não existe e a verdade é preciso repô-la. Não houve nenhum interesse pessoal, por parte do Deputado António Domingues, todo este processo teve a evolução que teve e, já não existe. Outras soluções serão encontradas, esperando que brevemente possam ser anunciadas.

Em relação à Deputada Aurora Soares e às questões que colocou, começou por referir que a quinzena da Igualdade correu bem, sobretudo o momento de reflexão que foi extraordinário; a questão dos passeios em vários pontos da vila, colocada pela Deputada, está à vista de todos que se tem feito um enorme investimento do ponto de vista da reabilitação urbana. A Vila é prova disso, assim como as freguesias, e portanto, a atenção a estas questões que apontou é uma atenção que existe em permanência, e, a seu tempo, cada uma das situações será corrigida. A questão da iluminação das Carvalhiças, é um assunto que está resolvido. Há anos que a Pastoriza é um espaço icónico da nossa Vila, e nunca foi feito nada do ponto de vista da iluminação para criar condições de visitação durante a noite e, com condições de segurança para que não seja mal utilizado. Está a ser preparada uma solução de iluminação para este espaço. O emaranhado de fios que referiu, tem a ver com aquilo que se vai fazer, que é toda essa intervenção na área da requalificação da rede de abastecimento de água da Vila. Haverá oportunidade de enterrar as redes e haverá condições para ser completamente resolvida. Em relação ao barulho, é lamentável que existam pessoas no município que façam esse tipo de atividade noturna, em espaços nobres da nossa Vila, como é o largo da feira e que abusem desse espaço para fazer isto. Já foi falada esta matéria na última reunião de Câmara, e a GNR já está alerta para fazer o seu papel.

Relativamente ao Deputado José Albano Domingues que trouxe a questão do infomail, salientou que o objetivo não foi anunciar quem era o executivo da Câmara na totalidade. Isso foi feito largamente em muitos outros instrumentos de comunicação. O



objetivo desse infomail, e já teve oportunidade de esclarecer isso com os Senhores Vereadores da oposição, foi só informar da distribuição dos pelouros aos Vereadores, para que a população saiba a quem se deve dirigir quando precisa de tratar de algum assunto. Somou-se a isso a informação de quem são os Deputados da Assembleia Municipal. A leitura que fazem é que se sublinhou os deputados do PS, deixando de lado os Deputados do PSD. Não foi nada disto que se pretendeu. O que se pretendeu foi uma leitura mais fácil para a população.

Em relação à intervenção do Deputado Paulo Cerdeira referiu que foram capazes, durante o mandato, de fazer aquilo que era importante fazer. Não houve nenhum município que tivesse a capacidade de posicionar o território em revistas da especialidade, em eventos reinventados como Melgaço fez. Foram dois anos excelentes, do ponto de vista do posicionamento do território. A questão do Certificado para a Sustentabilidade é um tema que já estava a ser trabalhado há cerca de dois anos, desde que visitou a Ilha Terceira, no final de 2019, quando tal foi atribuído à região dos Açores. Essa foi a primeira região do mundo a receber este selo, e nessa altura percebeu que fazia todo o sentido, Melgaço, com tudo o que tem, do ponto de vista turístico, e não só, pudesse fazer esse trabalho de sustentabilidade. Neste momento Melgaço recebeu o selo de bronze, o que indica que está no bom caminho, mas a breve trecho, terá o verdadeiro selo no âmbito da Sustentabilidade. Será o primeiro município do país. E com esse selo estará a trabalhar numa outra vaga, que é permitir às empresas das várias áreas do território, o seu próprio selo de sustentabilidade, cuja auditoria já aconteceu e na qual esse trabalho foi muito elogiado.

Sobre a intervenção do Deputado Maximiano que falou da questão da presidência da CIM, o Presidente agradeceu as suas palavras. Falou também sobre a questão da presença do Governo no Concelho, através de diversas visitas de ministros. A Agricultura é importantíssima para o nosso território. Aquilo que se tem feito e aquilo que se poderá vir a fazer é de extrema relevância. Existe um projeto que é ambicioso, que a Ministra acalenta e percebe, e que se espera expandir, sobre o ponto de vista territorial e que se pretende que cresça por todo o Alto Minho. Há municípios do Alto Minho interessados nessa expansão para NUT II, não ficando apenas na NUT III. Um projeto ambicioso e com futuro.



A Ministra da Coesão visitou a Zona Empresarial que está a crescer. Já tem toda a terraplanagem feita e em janeiro começarão a ser construídas as suas especialidades. Já tem uma série de empresas interessadas e tem a ambição de que no próximo ano possa ser alargada para poder crescer mais do ponto de vista Industrial.

Percursos Pedestres, é um investimento de mais de um milhão de euros, realizado nos últimos dois anos, para que no próximo trimestre seja inaugurado. Será revolucionário do ponto de vista turístico, com qualidade e extensão.

No que concerne à questão da distribuição de fundos: a Ministra Ana Abrunhosa, veio cá várias vezes, e, aquilo que foi feito no seguimento das lojas POP-UP foi, dar um salto. O desafio foi o de que se deveria avançar com um trabalho mais intenso, no sentido de pressionar a União Europeia para ter um olhar diferente para os territórios de pequena e média dimensão. O Ministro da Educação também esteve em Melgaço, aproveitando para lançar o cartão jovem municipal e renovando um protocolo com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e a Movijovem, para que a Pousada da Juventude seja utilizada, quase a tempo inteiro, pelos estudantes do Ensino Superior e, para que seja possível, já no próximo ano, fazer a recuperação dessa mesma pousada. Também foi a oportunidade para anunciar a candidatura nacional, liderada pela Associação Nacional de Ciclismo, com o apoio da Associação de Ciclismo do Minho, para a realização do Campeonato XCO 2025 em Melgaço. Fruto do investimento feito e de uma pista desenhada e implementada no Centro de Estágios e que os comissários consideraram ser uma das melhores da Europa.

O projeto Raia Termal encerrou com enorme sucesso. Um projeto que permitiu investimento nas termas e nas outras cidades termais da Galiza e ainda uma consolidação com a zona de Orense que não existia. A iniciativa surgiu em 2014 e ficou uma relação estreita, importante e com excelentes resultados no futuro.

As Lojas POP-UP, uma iniciativa que revitalizou uma série de lojas na Vila, e que permitiu também esta ligação a redes europeias, o que é fundamental para o negócio.

Quanto à renovação da rede de abastecimento de água à Vila, continua a haver condições para investir. O município é capaz de gerir bem as redes e o sistema. Todos os anos se faz a atualização tarifária necessária para que se tenham os níveis de pagamentos do serviço a 90%. Só essa capacidade permitirá ter acesso a fundos

comunitários. A boa gestão vai permitir que além da rede da Vila que se instale um conjunto de outras capacidades de redes: futuramente rede elétrica e rede de gás natural.

Por último, informou que estão a avançar a bom ritmo as obras das piscinas municipais.

A Senhora Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Assunto n.º2	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal
---------------------	---

A Senhora Presidente da Mesa cedeu a palavra ao Presidente da Câmara para acrescentar alguma informação a este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo prescindido do uso da palavra.

A presidente da Mesa abriu o período de discussão e pediu a palavra o Deputado Augusto Pinto, que iniciou a sua intervenção desejando um mandato profícuo para todos.

Falou do projeto NUTRIR, já referido anteriormente. Aquando de uma reunião de câmara, via streaming, entendeu, pela explicação dada pelo Senhor Presidente, que este projeto Nutrir teria qualquer ligação com as casas de fronteira de S. Gregório. As casas de S. Gregório são um elefante branco do concelho. Toda a gente sabe que houve uma concessão da autoridade tributária para a Câmara Municipal, e o Presidente, fez um contrato com essa autoridade tributária para se fazerem umas obras, assunto que já foi debatido em reuniões anteriores. Na altura, questionou o senhor Presidente se sabia do projeto, e o mesmo disse que brevemente teríamos notícias. Isto foi em 2018. Entretanto não se fez nada mas, ficou feliz quando ouviu o Presidente dizer que havia uma ligação deste projeto às casas de fronteira. É bom sinal, espera que não fique só por intenções, mas gostaria que explicasse melhor este projecto à Assembleia. Questionou se se trata do desenvolvimento de novos produtos ligados à alimentação agro-pecuária. Mas gostaria de saber se vai ter sede nas casas de fronteira e se vão lá viver pessoas, se os investidores vão lá estar. Sugeriu que como há necessidade de



alojamento para os estudantes da ESDL, fazer nesse espaço um alojamento para esses alunos.

De seguida a Presidente da Mesa cedeu a palavra ao Deputado José Albano Domingues. Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos o deputado colocou algumas questões, estando a primeira relacionada com os números de execução orçamental quer do lado da receita, quer do lado da despesa, muito próximos dos 50% à data de 10/12/2021, ou seja, quando apenas faltam vinte e um dias para se terminar o ano, frisando ficar tal execução muito aquém do esperado e perguntando ao que se deve e quais os valores ou percentagens esperadas atingir até ao final do ano em curso. O segundo dos pontos abordados pelo Deputado tem a ver com o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, vincando que esta sofreu, no espaço de um ano, um aumento de 1.218.667,22 €uros, ou seja, quase 56%, realçando que a dívida a fornecedores já conseguiu ultrapassar até o endividamento de médio e longo prazo (normalmente junto da banca), com os estrangulamentos de caixa e do fundo de maneiio que daí decorrem para as empresas e os fornecedores. Questionou, ainda, o executivo acerca do que é que concretamente motivou esse acréscimo de dívida e de quais os maiores ou principais credores nesse contexto.

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Em resposta ao Deputado Augusto Pinto, referiu que não ficou por terra a solução do alojamento de estudantes. A Câmara e o Instituto Politécnico, têm três projetos relacionados com o apoio aos estudantes. Um é a antiga escola primária de Prado, que neste momento já tem projeto de arquitetura e especialidades delineado e só estão à espera de instrumentos financeiros vindos do PRR, para poderem investir. O outro projeto tem a ver com a questão da Pousada da Juventude, e o terceiro é a construção de uma resposta para bungalows, que foi desenhada para esse terreno. Neste momento evoluiu e existem valores até 100%, sendo que esta solução está a ser desenhada para outro terreno também próximo da escola.

Quanto às casas de fronteira, referiu que ninguém tem mais vontade que sejam recuperadas e colocadas no ativo do que o Presidente da Câmara. Em 2016 conseguiu-



se isso e quer-se que lá aconteçam coisas e que aquilo se transforme no ativo. Primeiro houve um interesse na área social, que foi aqui falado. Não houve financiamento na área dos equipamentos sociais e portanto não foi possível avançar com o projeto. Depois houve um momento em que se pôs a hipótese em que se pudesse aplicar na área do turismo, mas embora tenha cinco casas, parece não ser rentável nessa área. A possibilidade do alojamento de estudantes foi analisada mas havia duas dificuldades: distância e transporte, pelo que não se avançou com essa solução.

O projeto NUTRIR, arrancou em abril, já tem duas doutoradas a trabalhar cá e prevêem-se ainda este ano mais dois especialistas. É um projeto que se quer alavancar neste ano para outra dimensão. Quase com 90% de probabilidade que o projeto passará pelas casas de fronteira. Será para espaços de trabalho dos investigadores que virão da UTAD, da Universidade de Santiago de Compostela, e, porventura, algum espaço de alojamento para investigadores que vão passando pelo território.

O Deputado José Albano, colocou a questão da execução orçamental e da dívida a fornecedores. A justificação para não haver a execução orçamental desejada prende-se pelo facto de alguns dos grandes projetos que carregaram no orçamento, terem tido atraso no seu arranque, e não poderem ser realizados financeiramente durante este ano. Como é o caso das piscinas municipais. Há dois anos, tiveram como objetivo de que no primeiro trimestre estivessem a ser realizadas as obras e só agora estão a começar. Não temos realização desse grande projeto de 2,4 milhões e essa não realização pesa na execução orçamental, assim como outros projetos.

Na dívida a fornecedores, o que está a acontecer, é o facto de terem a zona empresarial em construção, o enorme investimento nas redes viárias e, esse investimento não se paga imediatamente. São essas faturas de grande investimento que pesam naquilo que chama de dívida a fornecedores.

Não havendo mais pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia a Senhora Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.



Assunto n.º 03	Eleição dos representantes da Assembleia Municipal de Melgaço na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais
---------------------------------	--

A Senhora Presidente informou a Assembleia que, passados quatro dias após a votação desta comissão, na última Assembleia Municipal, houve uma alteração da legislação. Assim, alterou a composição da referida comissão, que passa de três Presidentes de Junta de Freguesia para dois, pelo que ter-se-á que proceder a nova votação.

Após questionar a Assembleia sobre se haveria alguma proposta de lista, o líder da bancada do PS, apresentou a seguinte lista: Agostinho Alves, Presidente da Junta de Freguesia da Gave e Joaquim Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Fiães.

Passou-se à votação da lista proposta.

Votos Nulos	1
Votos Brancos	1
Votos a Favor	26
Votos Contra	2
Total	30

A lista apresentada foi aprovada por maioria com, 26 votos a favor, 2 votos contra, 1 voto branco e um voto nulo.

Os representantes da Assembleia Municipal de Melgaço na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais passaram a ser Agostinho Alves e Joaquim Silva.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 04	Análise e deliberação da Declaração de Utilidade Pública do Cemitério Novo de Paderne
---------------------------------	--



A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto, antes de dar início à sua discussão.

O Senhor Presidente informou de que o cemitério de Paderne precisa de ser ampliado, nesta segunda fase. A questão é que o espaço para essa segunda fase, não estava devidamente escriturado e registado por isso se trás à Assembleia esta declaração de utilidade pública para que se possa resolver a questão formal e avançar com a obra.

A senhora Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições.

O Deputado José Albano Domingues pediu a palavra. Principiou por fazer uma chamada de atenção, no sentido de que, em ordem a não subsistirem dúvidas acerca do que é que concretamente estamos a votar, e se contextualizar adequadamente a Declaração de Utilidade Pública, existindo, como é sabido (e consta da documentação distribuída) dois cemitérios em Paderne, lhe parecer de todo pertinente referenciar, no assunto em votação, não o “Cemitério de Paderne” mas antes o “Novo Cemitério de Paderne”.

Seguidamente, e aludindo a basear-se naquilo que leu nos documentos que lhes foram distribuídos, pediu que lhe fosse confirmado se, de facto, este novo cemitério de Paderne, compreendendo o acesso e a Fase 1, esteve, durante os últimos treze anos (de 2008 a 2021) em situação de ilegalidade, o que perguntou tendo presente que a desafetação da Reserva Agrícola Nacional, que se pretende votar é relativa à totalidade do cemitério, incluindo esse acesso e a Fase 1, há muito construídos, no total de 4.001,00 m², frisando que a RAN constitui uma restrição de utilidade pública ao uso dos solos, cujo uso não agrícola carece de parecer prévio vinculativo da parte do órgão, e sem a qual não é possível construir.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder à questão colocada.

O Presidente afirmou que em relação a estas questões técnicas de pormenor, iria ter alguma dificuldade em responder. No entanto, disse que precisamente por terem percebido que não foi acautelada toda esta ação formal nos terrenos do cemitério de Paderne é que se está a fazer este processo. Sobre a questão de se pedir ou não,

parecer de arranque, não tem certezas absolutas. Estão-se a fazer as coisas como devem ser feitas, para que elas fiquem resolvidas para o futuro, para que não haja problemas no terreno, para que não haja problemas de qualquer outra ordem e se possa arrancar no próximo ano com esta obra tão importante. É importante ampliar porque a procura existe e porque sem esta obra não se consegue avançar com a outra obra, fundamental e que arrancará em março, que é a reabilitação do Convento de Pademe. A equipa técnica tem tudo acautelado para que tudo corra bem.

Interveio novamente o Deputado José Albano Domingues esclarecendo que esta obra é meritória e necessária, inclusive, a sua própria família também lá possui uma sepultura contígua ao Convento e aquando da abordagem do presidente da junta sobre o assunto, logo disseram que estavam abertos a esta questão. A questão que colocou é que acha que na altura não se fez a desanexação, mas gostaria de ver o assunto esclarecido, se não neste reunião, numa próxima.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 05	Análise e Deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o ano de 2022
---------------------------------	---

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Município, para introduzir o assunto deste ponto da ordem de trabalhos.

O Senhor Presidente informou os presentes de que o quadro de desenvolvimento solidário sustentável se mantém na sua estrutura e depois de ter sofrido algumas alterações com a introdução de novas medidas no ano passado, que resultaram do trabalho que foi necessário efetuar durante o processo de pandemia. Logo no início, em abril de 2020, se percebeu que um conjunto de famílias sem apoio precisava de um apoio especial em diferentes áreas. Foram encaminhadas para as respostas existentes,



na questão alimentar e com isso algumas das suas dificuldades foram supridas, mas achou-se que era preciso mais. Atribuiu-se um apoio alimentar, com um valor de cinquenta euros por membro do agregado familiar, que funcionou muito bem. Bem aplicado, bem utilizado pelas famílias, bem encaminhado pelos técnicos da câmara, que foram fazendo o acompanhamento. Achou-se, por isso, que fazia sentido integrar este apoio no PDSS de 2022, que aqui se coloca à discussão.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao líder da bancada do PSD, Deputado José Albano Domingues, que entendeu que a medida do apoio na área alimentar apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara é uma medida que consideram positiva, nesta conjuntura. Já é do conhecimento geral, o posicionamento do PSD sobre o PDSS. Não têm votado contra porque há um conjunto de medidas que são necessárias. O que têm dito é que o PDSS fica aquém do que seria exetável. Este plano deveria mostrar medidas efetivas, funcionais, pragmáticas, inovadoras, diferenciadoras, verdadeiramente impactantes no quotidiano, no bem-estar, na qualidade de vida e na carteira dos Melgacenses, acrescentando que nada do acabado de sufragar consta no PDSS para o ano de 2022. Continuou dizendo que malogradamente a campanha “Viver em Melgaço” continua a não passar disso mesmo, de uma simples campanha, de um rol de intenções sem resultados visíveis no terreno. Frisou que perdemos, todos os anos, população, que os nascimentos são cada vez menos, que o envelhecimento populacional é cada vez maior, que os naturais continuam a ter de procurar outras paragens para residir e trabalhar, que a capacidade de atração de população para o Município é praticamente nula. Enunciou a ausência ou deficiência na leitura dos dados e dos números espelhados nos mapas de registo dos apoios desde o ano de 2008, elencando, de seguida, um conjunto de apoios, previstos no Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável, que se mostram perfeitamente residuais, irrisórios ou insignificantes. Acrescentou que, em contraponto, o Município viu a receita fiscal subir exponencialmente, vincando que temos em Melgaço cada vez menos pessoas, com um cada vez menor poder de compra, e a pagar cada vez mais impostos, o que demonstra, ano após ano, a falência total das políticas prosseguidas pelos sucessivos executivos PS neste campo. Terminou a sua intervenção dizendo que no que concerne à habitação, e em tudo o que extravasa as medidas de âmbito nacional,



de todos já conhecidas desde há anos, temos, a nível local, medidas com impacto também perfeitamente residual e sem significado, como seja a isenção de taxas de edificação para jovens até aos 35 anos ou a isenção do imposto municipal para edifícios multifamiliares e prédios reabilitados e arrendados, durante o período de cinco anos, renováveis por uma vez.

Em resposta, ao Deputado José Albano Domingues, o Senhor Presidente afirmou que o documento apresentado pretende ser um conjunto de medidas que ajudem as pessoas a terem melhores condições de vida, regulando, também, a questão da fiscalidade. O Senhor Deputado disse que a campanha “Viver em Melgaço” não deu em nada. Uma campanha nunca dá resultados imediatos. As informações que chegam, dos vários presidentes de junta, é que a aquisição de habitações devolutas para serem reconstruídas para segunda habitação ou habitação de residência permanente, é uma realidade. Está a chegar gente ao município, ao nosso território, para trabalhar naquilo que a economia já desenvolve. A campanha que foi desenhada, não tem resultados imediatos, mas está a ser feita para acompanhar aquilo que é a evolução da economia do território.

Na área industrial vai trazer muita gente, e também quadros qualificados. A verdade é que começa a vir gente para o território e há investidores que pretendem investir na área do imobiliário. Melgaço tem que ser capaz de acolher as pessoas que vão chegar.

Relativamente aos impostos, o crescimento do IMI, não resultou nem do PDSS, nem em medidas da câmara municipal. Foram reavaliadas todas as propriedades e a partir daí é que subiu, e é uma fonte de receita importante para o território.

A questão que se coloca permanentemente do IRS é uma falsa questão. Não é com a devolução de IRS de 210 mil euros para toda a população de Melgaço que se irá resolver a situação do rendimento das famílias. Com a capacidade de crescimento dos nossos produtos, consegue-se fazer crescer a economia e torná-la mais forte.

Após a resposta do Senhor Presidente da Câmara à intervenção do Senhor Deputado José Albano Domingues, neste ponto, este último referiu que não basta dizer



que é falso que a campanha “Viver em Melgaço” não produziu resultados práticos, afirmando que são precisos números, dados concretos, que nos digam, mormente por análise comparativa com o período homólogo e anterior à dita campanha, e com ele estabelecendo paralelismos, quantas mais pessoas é que vieram viver para Melgaço, ou que aqui compraram ou construíram casa. Lembrou que já antes de uma tal campanha havia pessoas que nos procuravam para comprar casa, designadamente na Gave, na Aveleira ou em Castro Laboreiro. O Senhor Deputado referiu que o senhor Presidente da Câmara também fala em investidores, quer para a Zona Empresarial, quer para o mercado habitacional, mas que não refere nomes, o que seria importante fazer, por ser do interesse de todos. Finalmente, quanto aos impostos, referiu que o senhor Presidente da Câmara aludiu a que o acréscimo da receita do IMI se ficou a dever à reavaliação da propriedade urbana, mas perguntou o porquê de não se aproveitar uma parte do aumento registado nessa receita para aumentar, também, os apoios ao nível social e económico. Quanto ao IRS, e contrapondo o afirmado pelo Presidente da Câmara, no sentido de que não será o valor de pouco mais de duzentos mil euros que irá resolver os problemas dos Melgacenses, o Deputado José Albano perguntou-lhe se não se deveria começar também por aí, restituindo aos residentes parte do IRS por eles pago, para ajudar à fixação de população no concelho, e revitalizar a economia local, à semelhança, aliás, do que se tem feito em muitos outros Municípios, e com resultados visíveis, sendo que, segundo diz, somos o único, ou um dos dois municípios que, no distrito de Viana do Castelo, não devolvem aos fiscalmente residentes, no todo ou em parte, os 5% do IRS por eles pago e que reverte a favor da Câmara Municipal.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 abstenções do grupo parlamentar do PSD, com pretensão de entrega de declaração de voto das bancadas parlamentares do PS e do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.



Assunto n.º 06	Análise e Deliberação da segunda alteração à Declaração de Utilidade Pública dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra “Fase 1 da Zona Empresarial de Alvaredo”
---------------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto.

O Presidente da Câmara referiu que foi realizado um levantamento exaustivo das parcelas que importam para a realização da primeira fase da zona empresarial de Alvaredo, 121 parcelas, e não foi possível, depois de todo o trabalho feito naquela primeira fase, identificar todos os proprietários, ficando 10 pequenas parcelas pendentes. Fez-se uma primeira revisão e nesta segunda revisão será necessário resolver as parcelas indicadas.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 8 abstenções do grupo parlamentar do PSD. O Deputado Pedro Silva ausentou-se da sala no momento da votação.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 07	Análise e Deliberação da autorização do investimento da Zona Empresarial de Alvaredo a financiar pelo empréstimo BEI, nos termos do n.º2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, 3 de Setembro
---------------------------	--

A Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto deste ponto da ordem de trabalhos.



O Presidente da Câmara referiu que, tal como aconteceu com as piscinas, foi necessário fazer o mesmo relativamente à Zona Empresarial. Na altura o processo pedia a aprovação de investimento e das suas fontes de financiamento. É necessário fazer, de forma específica, a autorização do investimento do BEI para estas obras da Zona Empresarial.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 abstenções do grupo do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 08	Presente Informação da Lista de Prédios degradados no concelho de Melgaço para o ano de 2021, bem como aprovação da respetiva majoração do IMI a aplicar
---------------------------------	---

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que não desejou intervir.

A Presidente da Mesa, deu a palavra ao Deputado José Albano Domingues que afirmou ter bem presente, de acordo com o Código do IMI, a possibilidade de majoração, até 30%, da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, mas realçando que o que aqui importa sopesar, ponderar, e concluir, na opção por tal majoração, é se tal medida tem contribuído, positivamente, para a reabilitação do nosso parque habitacional e para a recuperação das construções em geral, concluindo que mais do que não surtir efeito útil tal medida se tem revelado, até, contraproducente, o que resulta do número de prédios que todos os anos vem sendo adicionado à dita lista, à qual referiu que, certamente, ninguém gostará de estar associado. Acrescentou que uma tal medida apenas contribuirá para desincentivar os proprietários, para o abandono do território, para o esquecimento do que é nosso, tratando-se, a seu ver, de uma medida



realmente penalizadora, persecutória, e também vexatória, vexame a que nem o Município de Melgaço, integrante dessa lista, escapa.

O Senhor Deputado fez, seguidamente, um breve parêntesis para aludir à situação das taxas de edificação ou urbanização que estão a ser aplicadas a algumas reconstruções, ampliações ou benfeitorias, frisando que a forma de cálculo, contrariamente ao que antes acontecia, não está a ser comunicada e explicada às pessoas, que ficam sem saber o que é que concretamente estão a pagar, chamando ainda a atenção para o facto de na base de cálculo se entrar também em linha de conta com as áreas de construção já previamente existentes, quando apenas se deveria considerar a área da ampliação, da reconstrução ou da benfeitoria inovatoriamente introduzida. Chamou ainda a atenção para a ilegalidade que se pode estar a cometer no procedimento (administrativo) de inclusão dos prédios considerados em estado de degradação sem que previamente se notifiquem os proprietários dessa pretensão, sem que lhes seja dada a oportunidade de, em exercício do direito de audição prévia, se pronunciarem e exercerem o contraditório, e sem que a decisão final lhes seja notificada, levando depois a liquidações de IMI, com taxa agravada, que podem suscitar reclamações por parte dos contribuintes, existindo, no seu conhecimento, casos de Municípios que já anularam o procedimento em questão, pelas fundadas dúvidas acerca da sua legalidade.

Em resposta ao Deputado José Albano Domingues, o Presidente da Câmara, afirmou que a camara municipal possui uma equipa técnica que trabalha muito bem, com um enorme esforço em atualizar esta lista todos os anos. O Deputado acusou os serviços de duplicação de taxas. O Presidente da Câmara, disse que procurará, junto dos serviços, perceber essa questão, porque, com certeza isso não acontece e na próxima Assembleia esclarecerá essa questão.

Se a medida é produtora ou não, acredita que não seja tanto como o desejava, mas é uma nota que é preciso dar à população. A reabilitação tem que acontecer, ou por esforço próprio ou por venda de património para que outros a façam. Isso é fundamental que aconteça. Existe um conjunto de medidas, implementadas no IPSS o ano passado, que permitem incentivar à reabilitação. Referiu também que o gabinete de apoio à



população, na área da habitação, que a oposição propõe, já foi criado. Esse trabalho está a ser feito, permitindo às populações terem acesso às medidas nacionais e às medidas locais, e permitindo ter noção daquilo que podem ser as linhas de financiamento na área da habitação. O que estão a propor, já foi anunciado em Reunião de Câmara. A intenção da Câmara Municipal é ajudar a que a reabilitação aconteça. Essa reabilitação acontecerá, muito, por via da economia que se gerar na área do turismo, por exemplo. Haverá reabilitação se houver resposta turística e requalificação para a área do turismo. Teremos requalificação e construção se houver gente a chegar ao território. São as duas vias para acontecer a reabilitação.

Solicitaram a palavra os Deputados José Albano Domingues e Manuel Luís Gonçalves.

O Deputado José Albano Domingues pediu a palavra para salientar de que não acusou os serviços. O que disse é que se verifica uma duplicação da base de cálculo. Afirmou, ainda, que quando falou na criação de um gabinete, se referia à criação de um gabinete de apoio à legalização dos prédios e à feitura dos projetos.

O Deputado Manuel Luís Gonçalves pediu a palavra para referir que há duas coisas na vida que são certas: a morte e os impostos. Ninguém gosta de pagar impostos. Sobretudo impostos diretos e impostos sobre o património. Além desta tributação reforçada, está-se a falar de património que, depois para ser reabilitado, exige um certo investimento. As opções políticas têm que ser integradas. É a conjugação de um conjunto de equilíbrios, que se destina a um fim. Não se pode olhar para esta medida como uma medida isolada. Se se fizer a transição para o ponto anterior do PDSS, não é justo e não se pode dizer que, no fundo, é um agravamento sem qualquer retorno. Se por um lado é verdade que, o Município e esta Assembleia, têm legitimidade legal para agravar ou majorar esta taxa do IMI para 30%, e se tira aos cidadãos por essa via, a verdade é que, ao mesmo tempo, por via do PDSS se está a propor a esses mesmos cidadãos, restituir esta parte que acabou de se tirar do IMI, através de isenção de pagamento do IMI caso o edifício em causa seja reabilitado, ou para habitação própria, ou para efeitos de arrendamento. Como o Senhor Presidente disse, e bem, esta é uma medida que não é tomada porque interessa aos serviços do município,



efetivamente, destina-se a pressionar para que seja dada uma utilidade a este parque habitacional degradado. Todos sabem, que há um grande défice habitacional em Melgaço, não só em habitação própria como para efeito de arrendamento. Se, os próprios, com as medidas locais e nacionais, conseguirem angariar investimentos, terão como contrapartida a beneficiação de todos aqueles que queiram reabilitar esse edificado. Porque o objetivo é precisamente esse, é majorar para permitir que se faça a reabilitação e se o fizerem serão reembolsados por esse valor, e por um período que lhe parece, será bastante alargado.

Interveio de seguida o Deputado Francisco Reis Lima, que, depois de cumprimentar a Mesa, referiu que, de facto, a liquidação tributária não está sujeita a audiência prévia. Mas não é disso que se trata. O que se trata é de qualificar os prédios de uma certa forma, o que irá depois ter uma implicação na tributação. E essa informação tem consequências administrativas, estando sujeita a contraditório por parte do administrado. Referiu que o Deputado José Albano falou do direito a audiência prévia dos interessados quando são afetados, neste caso, pelo IMI, não está certo que assim seja, a medida de facto é aplicada quando estão em causa atos administrativos, tendo dúvidas de que, neste caso, se esteja perante a questão da liquidação de um tributo que essa exigência seja feita. Mas se, de facto, o assunto já estiver desenvolvido, seria até conveniente para os próprios serviços da Câmara, para dar conhecimento, para evitar que esteja a ser cometida alguma ilegalidade.

Não havendo mais pedidos de intervenção, colocou-se o assunto à votação sendo aprovado por maioria, com 9 votos contra da bancada parlamentar do PSD, com pretensão de entrega de declaração de voto da bancada parlamentar do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 09	Adjudicação da contratação de auditor externo para certificação de contas do ano económico de 2022
---------------------------------	---

A Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto à Assembleia.

O Presidente referiu que aquilo que se propõe é a adjudicação de contratação por dois anos, 2022 e 2023.

Não havendo mais pedidos de intervenção, colocou-se o assunto à votação sendo aprovado por maioria, com 9 abstenções da bancada parlamentar do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 10	Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de curto prazo para o ano de 2022
---------------------------------	---

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir este assunto da ordem do dia. Afirmou ser um assunto sempre trazido nesta altura à Assembleia. Trata-se de um empréstimo a curto prazo para fazer face a necessidades de tesouraria, que como se sabe, no final do ano é saldado, portanto, não irá agravar a dívida.

Relativamente a este assunto, o Deputado Francisco Reis de Lima, referiu que o valor pedido para financiamento deste empréstimo a prazo cumpre mais uma vez uma tradição de se alinhar o máximo valor legalmente admitido. Tradição essa, que o deputado municipal, em todos os anos anteriores afirma, ter sido solicitado exatamente o mesmo pedido de financiamento a curto prazo pelo valor máximo legalmente admitido. Questionou se nunca se aprendeu a gerir fundos financeiros. O Senhor Presidente da Câmara consegue informar qual o momento em que este empréstimo é solicitado, nomeadamente, qual é o seu ritmo? Se está dividido progressivamente ao longo dos meses do ano, ou é concentrado logo no início do ano? Porque, se de facto, se verificar que o empréstimo é gasto logo no início, apenas podemos concluir que este empréstimo a curto prazo, não é um instrumento para fazer face a situações excecionais de

tesouraria, mas sim um mecanismo que é recorrentemente utilizado para financiamento da câmara, fugindo aos limites de endividamento legal. Afirmou, também, que as demais motivações que aqui são apresentadas deixam todas as dúvidas, por referir que uma das questões que leva ao financiamento é a execução da obra da Zona Empresarial de Alvaredo. Mas não foi há dois pontos atrás que se votou um documento de financiamento para isso? A própria despesa da Câmara dos últimos dois anos, infelizmente, não teve cortes, até porque houve várias despesas significativas, e que não ocorreram, por exemplo a festa do alvarinho. Face a estas situações, não pode concordar com este ponto, mas gostava de ouvir a explicação do Senhor Presidente, sobre se este empréstimo não é mais do que um financiamento para a atividade da câmara, e com isso não poderá pactuar.

O Deputado Manuel Luís Gonçalves recordou que, neste terceiro ou quarto mandato, a discussão, neste ponto, anda sempre à volta do mesmo. E também, confessou, que não consegue alcançar os argumentos do PSD. A forma como vê este financiamento, é o chamado financiamento de curto prazo para apoio à tesouraria. Tem a vantagem de não entrar nos limites do endividamento, porque tem que ser sempre amortizado até ao final do ano a que diz respeito a utilização desse financiamento. Por outro lado, ao contrário do que acontece com determinados financiamentos, dependendo da maturidade, ele só vence juros se o capital for utilizado. Gostava de perguntar ao Senhor Presidente se este empréstimo é utilizado ou não para esse fim, e se de facto há uma utilização indevida do capital.

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara, afirmou que este instrumento de financiamento é utilizado por todos os municípios, ou quase todos. Claro que é necessário, pontualmente, e em outros anos foi usado num período muito avançado do ano, por diversas situações. Este ano foi usado muito mais cedo, para aquilo que existe que é responder aos problemas de tesouraria do município. Perguntam - lhe se não se está aqui a saber fazer gestão de tesouraria. Há momentos em que é necessário, por exemplo, investimentos financiados a cem por cento pode ser uma dificuldade, porque entre o momento da faturação e da chegada do dinheiro relativo ao financiamento vai um período largo. Há momentos onde se faz o investimento e não se recebe qualquer



tipo de financiamento e aí há que fazer face a essas dificuldades com a utilização deste instrumento. Não existem tetos máximos, a autarquia é que estabelece um valor. Há, alguns anos, achou-se ser um valor adequado para a nossa realidade e mantivemo-lo.

Relativamente ao Deputado Manuel Luís Gonçalves, que perguntou se considerava ou não que a utilização é correta, responde apenas que se está a fazer o que é estabelecido pela lei, não tendo nenhum desconforto com a utilização deste crédito.

Solicitou a palavra o Deputado José Albano Domingues, para responder, como líder da bancada do PSD, ao Deputado Manuel Luís Gonçalves que referiu não entender os argumentos do PSD, afirmando que o Deputado Francisco Reis Lima, nesta sala, será uma das pessoas que melhor se faz entender, e se necessário poderá voltar a explicar os seus argumentos. Existe uma razão para que o PSD não vote contra, como não tem votado neste ponto. Sabem que, é um empréstimo a curto prazo e terá que ser utilizado até ao final do exercício. Independentemente dos argumentos, da questão técnica, da necessidade, sabem que tem sido pedido todos os anos e muitas vezes não é utilizado, e quanto aos encargos que são aportados pode não haver juros sobre a parte não utilizada do crédito mas há sempre encargos e comissões a pagar aos bancos.

Não havendo mais pedidos de intervenção, colocou-se o assunto à votação sendo aprovado por maioria, com 9 abstenções da bancada parlamentar do PSD, com pretensão de entrega de declaração de voto da bancada do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 11	Análise e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2022
---------------------------------	--

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara que apresentou o orçamento municipal para o ano de 2022.

O Presidente da Câmara, fez uma resenha do orçamento Municipal com uma previsão total de 26,752,769 euros. Analisou as receitas e despesas para o ano de 2022, apoios a Instituições, empréstimos a curto e longo prazo, principais obras e fontes de financiamento. Na distribuição dos grandes investimentos destacam-se as Piscinas Municipais, no que concerne aos equipamentos de Desporto e Lazer; a zona Empresarial de Alvaredo; a continuação da manutenção da rede viária municipal. O item Equipamentos Culturais, refere - se à requalificação do Convento de Paderne.

É um orçamento focado no Industrial, um orçamento ambicioso, e, só por si, já seria alavancador para o território, mas não se fica por aqui. O município submeteu também, e viu aprovada, uma candidatura ao projeto inovador “Zonas Empresariais de Nova Geração” para a Zona Industrial de Penso, no valor de 15 milhões de euros. Este financiamento permitirá dotar as duas zonas empresariais de 5G, produção energética fotovoltaica nos espaços, e distribuição de hidrogénio para as empresas aí instaladas. Apenas três municípios do Alto Minho conseguiram esta aprovação, tão importante para esta fase industrial, e que será mais atrativo na captação de novas empresas.

A Presidente da Assembleia abriu inscrições para este ponto da ordem do dia. Pediram a palavra os Deputados: Paulo Cerdeira, Manuel Rodrigues e Pedro Silva.

O Deputado Paulo Cerdeira ficou satisfeito e parabenizou o Presidente e o executivo pela candidatura “Zonas Empresariais de Nova Geração” que visa a produção energética fotovoltaica no espaço que a junta de freguesia de Alvaredo cedeu para as empresas que se vão instalar na zona industrial, um investimento de quinze milhões de euros. Há um trabalho de bastidores, que compete com grandes cidades e é um orgulho ter-se conseguido para o nosso concelho. Deu também os parabéns pela aposta no industrial. O futuro de Melgaço passa pela zona Empresarial que se vai construir.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado Manuel Rodrigues que começou por cumprimentar a mesa. Em seguida, leu a sua intervenção:

"Relativamente à análise dos documentos apresentados referentes às grandes opções do plano e Orçamento temos várias considerações a fazer:

Na nota introdutória há um conjunto de afirmações do país das maravilhas, como se o país não fosse um dos que mais tempo leva a recuperar o PIB pré covid, que é o terceiro país mais endividado da Zona Euro, que continua a divergir economicamente e socialmente com a Europa tendo sido nos últimos anos ultrapassado por muitos países de leste que aderiram à comunidade europeia muito depois de Portugal. Temos um termo de comparação que é a Irlanda, onde o PIB já está muito acima da pré pandemia, aderiu a comunidade europeia aproximadamente quando Portugal ,nessa altura o PIB da Irlanda era duas vez e meia menor que o de Portugal e atualmente é superior em mais de sete vezes.

Temos muito que aprender e muito caminho a fazer.

Relativamente às grandes opções do plano verificamos que é mais do mesmo, é um documento nada inovador , sem criatividade, uma continuidade de políticas que não servem Melgaço e os Melgacenses . É um documento de continuidade e que não leva a resultados diferentes de que bem precisamos , se formos sempre pelo mesmo caminho , o destino e os resultados serão sempre os mesmos ou seja, perde-se uma oportunidade para mudar Melgaço que bem . Como facilmente se pode verificar com a receita aplicada ao longo dos últimos anos Melgaço tem ficado na cauda do desenvolvimento económico e social do distrito, perdemos mais de 15% da população na ultima década, temos o rendimento per Capita mais baixo dos concelhos do Alto Minho, somos um dos concelhos mais envelhecidos, não fixamos jovens. Se fizermos uma análise aos dados dos últimos 12 anos (desde 2007) Melgaço tem vindo a perder posição relativamente a outros concelhos, ou seja, estamos a empobrecer. Relativamente a essa data há concelhos que melhoraram fruto de políticas públicas adequadas e capazes de promover o desenvolvimento local.

Depois do discurso de tomada de posse do Sr. Presidente da Câmara em que afirmou que o primeiro mandato foi para diagnosticar e corrigir, o segundo para planear e o



terceiro para executar. Tínhamos a expectativa que este primeiro ano de novo mandato pudesse ser diferente.

Claramente as Grandes Opções do plano e orçamento insistem num modelo de desenvolvimento caduco, fora do contexto atual e que continua a comprometer o futuro de Melgaço.

Não se compreende que nos documentos apresentados não contemplem por exemplo qualquer referencia à agilização, à regularização e licenciamento das explorações de criadores de animais, à promoção e fomento da produção pecuária potenciando os recursos dos nossos montes, a criação da já prometida há vários anos zona de caça turística, a criação de Zona de Parapente junto ao parque eólico de Pernidelo, em Roussas, a recuperação /reabilitação dos edifícios da Fronteira de S.Gregório.

Relativamente ao orçamento verifica-se que os problemas de gestão do Município de uma forma geral persistem. Esta proposta de orçamento está em linha de orçamentos de anos anteriores, não inova, sem imaginação, sem estímulos à economia e sem que traduza ou venha a produzir mais bem-estar à população Melgacense. Verificamos as debilidades de sempre, pouco apoio à criação de emprego, pouco apoio ao comércio local com o mesmo a definhar, jovens a partir e envelhecimento contínuo e assustador.

Olhando para os documentos do orçamento verificamos que em relação à despesa salta logo à vista a elevada estrutura de despesa corrente face à capacidade do Município de gerar receitas próprias, o que se traduz numa preocupação efetiva acerca da sustentabilidade futura da autarquia e consequentemente da economia local.

Verificamos ainda reduzido nível de liquidez e incapacidade de gerar poupança corrente.

Outra fragilidade deste orçamento é o facto de o investimento estar excessivamente dependente de receitas de capital, nomeadamente de fundos comunitários e posteriormente as execuções apresentam taxas de execução muito baixas.

Este orçamento demonstra ainda uma forte debilidade na gestão traduzida numa falta de capacidade do Município em libertar receitas próprias necessárias ao investimento.



Verifica-se ainda que as transferências de fundos para as freguesias podem-se considerar residuais face à despesa total estimada neste orçamento.

Entendemos que de uma forma particular era importante que a gestão da autarquia enveredasse por uma redução da despesa corrente com uma estratégia global naquilo que são as suas opções de forma a libertar meios para um maior e melhor investimento.

Entendemos ainda que o Município fosse muito mais ambicioso, delineasse uma estratégia audaz que corresponda ao anseio de todos os melgacenses com objetivos concretos, medir e acompanhar e no fim Melgaço pudesse ter um Futuro Melhor.”

De seguida, foi dada a palavra ao deputado Pedro Silva, que começou por cumprimentar a mesa e desejar a todos um bom mandato. Sobre o orçamento deu duas certezas: uma, é que não vai ser executado, tal como os anteriores não foram, e a outra é a de que haverá uma notícia a dizer que será o maior orçamento de sempre na história de Melgaço. Mas essa notícia não irá dizer que os anteriores orçamentos não foram executados, e que metade do que prometeram de investimento não o fizeram; não irá referir que há um aumento na cobrança da água, saneamento e resíduos; que se vai gastar quatro vezes mais em comunicação e redes sociais. De seguida, deixou alguns números concretos e algumas perguntas: “Este aumento da água, vai ser feito através de aumentos de tarifas? Outro número que salta à vista: assessoria e comunicação, aumentou vinte e cinco por cento; o protocolo Grandfondo também deixa dúvida porque passa para o dobro. Quanto ao dinamismo do mercado imobiliário, os números não mentem, e todos os anos a verba de IMT tem descido, e este ano desce cerca de trinta e cinco por cento, o IMT é cobrado nas transações imobiliárias e isto é não ter esperança que haja transações. Outro número que suscitou dúvidas foi o das comunicações, aumentou mais de sessenta mil euros no orçamento, e deixou para a mesa a questão dos incentivos sociais. Está-se a falar dos incentivos à natalidade que rondam os trinta mil euros, o apoio à creche na ordem dos dezasseis mil euros, e apoios sociais na ordem dos cento e oito mil euros.

Foram também entregues as contas da Melsport, que deixam algumas dúvidas, nomeadamente: há uma gralha nas contas. No orçamento refere o ano de dois mil e



vinte e um, e é o ano de dois mil e vinte e dois; há um aumento na faturação do bar, como é que chegaram a esse valor? Como passaram de vinte mil euros para oitenta e cinco mil euros?” No global, prevêem um aumento da receita da Melsport na ordem dos cento e oitenta mil euros, o que lhe parece um bocado exagerado, perante o panorama que se vive e perante os números do ano anterior. Também deixou a questão de que falta, nos documentos da Melsport, a declaração dos resultados previsional que não foi enviada.

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder aos senhores deputados. Começou por lembrar que além da votação para o orçamento, está também a ser votada a autorização da despesa plurianual que o presidente pode assumir até cerca de seis mil euros. Perante a análise do orçamento dos dois deputados do PSD, manifestou alguma dificuldade em falar. Trouxeram o que é o pensamento estratégico do PSD. Limitam-se a bisbilhotar algumas rubricas, sem capacidade de as interpretar. O que apresentam como ponto de vista para o desenvolvimento, é que está tudo na mesma, não apresentam alternativa. Estão-se a colocar no terreno coisas que serão extraordinárias, aquilo que está a acontecer, aquilo que disse sobre as zonas empresariais de segunda geração, vai posicionar Melgaço, no território do Alto Minho, a um nível que nenhum outro município consegue fazer. Dizer que desenvolvimento é caça turística!? É verdade que é possível fazer mais. O pensamento turístico colocou-nos, a nível nacional, num patamar de excelência. Anda-se a desenvolver o investimento do território: publico e privado. O Grande Hotel do Pezo a crescer, a rede municipal de trilhos, que está a ser terminada, um equipamento de cento e setenta quilómetros com a mais alta qualidade. Há ambição na área da vinha e do vinho, onde se tem sido um pilar fundamental. Desde dois mil e catorze que está a ser desenvolvido o trabalho necessário para que a região tenha subido. Do ponto de vista industrial, revolucionou-se tudo há quatro anos. Veja-se o que está feito na rodovia, investimento de dois milhões de euros. Não acusem a Câmara de não ter capacidade de gerir investimentos. Este orçamento foi um exercício duríssimo, sendo focado no essencial.

Acerca da resposta do senhor Presidente da Câmara aos deputados do PSD, e do timbre de voz usado, insurgiu-se o deputado José Albano Domingues lembrando que



os deputados Manuel Rodrigues e Pedro Silva se limitaram a fazer a análise crítica do documento e a transmitir a sua posição à Assembleia, em momento algum tendo alteado o tom de voz ou faltado ao respeito a quem quer que fosse, pelo que muito mal fica ao senhor Presidente da Câmara que, uma vez mais, opte por se exaltar (como acabou por reconhecer), muito mal lhe ficando, particularmente tendo presente a posição institucional que ocupa, que, referindo-se aos ditos senhores deputados, use a linguagem de que andaram aqueles a “bisbilhotar” os números do orçamento, que as suas intervenções são um “nada” ou não passam de “coisinhas”, em vez de responder ou de se pronunciar sobre os pontos pelo deputados focados, o que acabou por não fazer. Prosseguiu dizendo que o senhor presidente pode não gostar da análise que os deputados da oposição fizeram acerca do orçamento, que, lembra-se, não é o orçamento da oposição, mas que lhe restará aceitar e respeitar uma tal visão crítica e divergente da sua. Referiu, ainda, o deputado José Albano, que se o senhor Presidente da Câmara entende, e insiste, que o caminho seguido até aqui tem sido o caminho certo, é caso para lhe perguntar porque é que em Melgaço somos cada vez menos e cada vez mais pobres, ou, ainda, se tem tanta certeza assim de que está a trilhar o caminho certo o porquê de ficar tão incomodado quando se lhe referenciam e apontam os bons exemplos vindos dos concelhos nossos vizinhos.

O Deputado Pedro Silva pediu a palavra para dizer que a estratégia do senhor Presidente da Câmara é sua, tem toda a legitimidade nela, e pode-se ou não concordar com ela.. Vem é tarde, vem depois de 12 anos em que está no executivo. Agora é que “acordou” para a industrialização do concelho. Já o podia ter feito antes, há 4 anos, há 8 anos, há 12 anos, mas não o fez.

Pediu a palavra o Deputado Diogo Castro, para afirmar que não concorda que este orçamento seja mais do mesmo. Ficou contente por ver um orçamento com aposta no industrial e reconhece e congratula o município com esta notícia e por todo este trabalho.

O Deputado Manuel Rodrigues pediu a palavra apenas para fazer um reparo relativamente à linguagem usada pelo Presidente da Câmara, pedindo mais respeito na linguagem usada para comentar as intervenções.



O Presidente da Câmara respondeu não entender ter sido deslegante na linguagem. Afirmou que o Deputado José Albano Domingues acusou o executivo da desgraça demográfica de Melgaço, e sobre isso não há entendimento, porque é preciso ter visão larga relativamente a essa questão, no país e no local. Todos entendem porque Melgaço tem esta dificuldade demográfica. Há que recuar várias décadas. E também é verdade que se se quiser alterar alguma coisa, será necessário tempo. Ninguém, conseguirá, numa legislatura, resolver a questão demográfica de um país, ou da Europa. É necessário ter um pensamento sério para renovar a nossa demografia, um pensamento estratégico de futuro. Se se envelheceu durante quatro décadas, será necessário fazer diferente do que foi feito. Hoje, é preciso criar economia para que haja gente e demografia renovada.

O Deputado José Albano Domingues aludiu às palavras do Senhor Presidente da Câmara frisando que não está em causa o fenómeno da perda populacional, que é transversal ao todo Europeu e ao todo nacional, mas que era importante que explicasse porque é que em Melgaço perdemos oito vezes mais população do que a média nacional e três vezes mais do que a média no distrito de Viana do Castelo, acrescentando que existem muitos outros concelhos no interior do país e mesmo no nosso distrito sem perdas populacionais desta ordem de grandeza, lembrando, por outro lado, que o estado em que nos encontramos não poderá certamente ser imputado aos eleitos do PPD/PSD, que não são governo em Melgaço desde há mais de quatro décadas.

Voltou a intervir o Presidente da Câmara questionando o Senhor Deputado José Albano Domingues sobre se o orçamento não tem essa ambição, e qual foi o município do Alto Minho que mais emigração teve. Houve percursos históricos diferentes de município para município e percursos industriais diferentes. A única forma de estar é pensar no futuro.

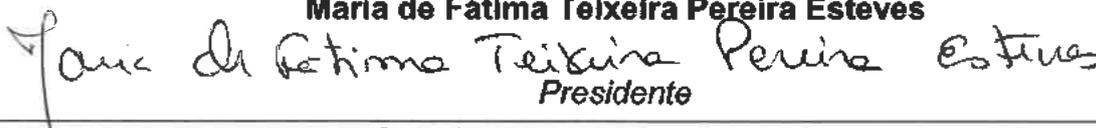
Não havendo mais pedidos de intervenção, colocou-se o assunto à votação sendo aprovado por maioria, com 9 votos contra da bancada parlamentar do PSD, com pretensão de entrega de declaração de voto da bancada parlamentar do PS e do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 12	Intervenção do Público
--------------------------	-------------------------------

E, nada mais havendo a tratar, quando eram treze horas e cinquenta minutos, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

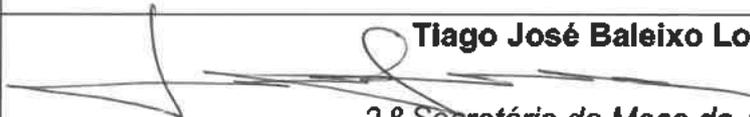
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves


Presidente

Catarina Aurora Rodrigues Mira


1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

Tiago José Baleixo Lourenço


2.º Secretário da Mesa da Assembleia

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “5” DA “ORDEM DO DIA” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 18/12/2021

(“Análise e Deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o ano de 2022”)

O Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável exprime aquelas que são a visão e as opções políticas do executivo municipal no campo social e económico.

Pretende ser um instrumento em que pontificam preocupações com os mais desfavorecidos, ou socialmente marginalizados, com enfoque na inclusão, na partilha, na solidariedade, na igualdade, na dignidade e no bem-estar.

Um tal documento, num meio de interior e com tantas carências, a vários níveis, como é o nosso, deveria contemplar, particularmente nos tempos que trilhamos, medidas de política social e económica que fossem efetivas, funcionais, pragmáticas, inovadoras, diferenciadoras, verdadeiramente impactantes e com reflexos positivos no quotidiano, na qualidade de vida e na carteira ou finanças dos Melgacenses.

Não encontramos nada do acabado de sufragar no PDSS para o ano de 2022.

Feito o diagnóstico do concelho, constatámos que Melgaço perde, todos os anos, população, que os nascimentos são cada vez menos, que o envelhecimento populacional se acentua de forma crítica, que os naturais continuam a ter de procurar outras paragens para residir e/ou para trabalhar, que a capacidade de atracção de população se tem revelado praticamente nula.

Os números que vem sendo registados desde 2008, e que deveriam ser uma *“bússola na leitura das políticas de fixação da população, rejuvenescimento e solidariedade social”* (como se nota no documento em análise), ou não tem sido lidos ou então ocorre, com relação à realidade, nua e crua, desses dados, um fenómeno de puro autismo.

O que os registos espelhados no PDSS ao longo dos anos vêm refletindo é, simplesmente, a incapacidade do Executivo PS em fixar a população no concelho e em renovar a camada populacional.

Repare-se que o ano de 2021 foi, dos 14 (catorze) mencionados no documento, aquele em que quer o número quer o valor dos apoios ou incentivos à natalidade/adoção foi menor, e tal quando todos estamos conscientes da gritante necessidade de fixação da população, e da premência do seu rejuvenescimento.

Igual debilidade há que apontar quanto ao número e ao valor dos apoios a crianças, com bens de primeira necessidade.

Os apoios ao arrendamento/crédito à habitação resumem-se a 4 (quatro) no espaço de um ano inteiro, não atingindo sequer os 900,00 €uros de valor.

A atribuição de auxílios económicos vem decrescendo de tal forma que de um máximo de 5.625,00 €uros no ano escolar de 2009/2010 passamos a somente 1.407,50 €uros no de 2020/2021, sensivelmente $\frac{1}{4}$ (um quarto) daquele montante.

Apoios a casais jovens, no total dos 13 (treze) anos de que temos registos, foram quatro (1 em cada um dos anos de 2009, 2010, 2020 e 2021, e zero em todos os restantes nove anos).

Nos apoios aos idosos, dando como exemplo as piscinas municipais passamos de 2155 (dois mil, cento e cinquenta e cinco) no ano de 2010 para 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) no ano de 2020.

Os apoios no domínio da saúde (com um tecto máximo de 300,00 €/ano), com o consumo energético (máximo de 150,00 €/ano) e com o apoio alimentar (máximo de 300,00 €/ano) são perfeitamente escassos.

Em contraponto com as referidas perdas ou reduções, o Município viu a receita fiscal com a liquidação do IMI subir de 387.871,86 €uros no ano de 2009 para 1.055.000,00 €uros no de 2021, uma subida, atente-se, de 172%, e com o IRS (que não devolve aos residentes) subir 58%, passando de 132.573,00 €uros no ano de 2012 para 210.387,00 €uros, no de 2021.

A verdade é que temos em Melgaço cada vez menos pessoas, com um cada vez menor poder de compra, e a pagar cada vez mais impostos. Se é este o caminho certo, como teima em dizer o senhor presidente da Câmara, resta-nos concluir que não iremos a lado algum, que caminharemos, a passos largos, para o definhamento e a extinção.

Repare-se que de acordo com dados do INE, do ano de 2019 (reportadamente a 31 de Dezembro), no que ao poder de compra concerne Melgaço está na cauda do distrito de Viana do Castelo. O indicador *per capita* é, em Melgaço, de 62,09 em 100. Aliás, dos 24 (vinte e quatro) Municípios do Minho apenas Celorico de Basto está atrás de nós. Não são, de facto (não deveriam ser), patamares de que nos devamos orgulhar.

Resta dizer que também no campo da habitação nada de realmente impactante e diferenciador vem previsto no PDSS. E a atestá-lo está a curva de contínua perda que continuamos a registar. Isenção de taxas de edificação para jovens até aos 35 anos (quando muito poucos e cada vez menos jovens temos entre nós) ou de taxas urbanísticas municipais pelo período de cinco anos, assim como a isenção de IMI para edifícios multifamiliares e prédios reabilitados e arrendados durante o mesmo período de tempo, renováveis por uma vez, são, manifestamente, muito pouquinho.

Salvam-se neste Plano algumas medidas, se bem que avulsas e pouco expressivas em termos numéricos, única razão pela qual não votamos contra.

É, pelo exposto, o nosso expresso sentido de voto (abstenção).

Os eleitos do PPD/PSD.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto n.º 05 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 18 de Dezembro de 2021: "Análise e Deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o ano de 2022"

Votamos a favor deste ponto da ordem de trabalhos porque, com a apresentação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para 2022, a autarquia pretende continuar a apostar num desenvolvimento sustentável e solidário para o Concelho, levando, ainda, mais longe um conjunto abrangente e coerente de políticas sociais.

São medidas que intervêm desde a natalidade até a terceira idade, passando pela ajuda aos casais jovens e criando, também, incentivos e isenções que visam aprofundar a política de fixação de população.

Os bons resultados obtidos, nos diversos anos de aplicação deste Plano são garantia que, pese as dificuldades que o país atravessou e ainda atravessa, estas medidas, de cariz humano, solidário e social, continuarão a ajudar as famílias Melgacenses a acreditar que é possível melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, continuar a desenvolver o Concelho.

Melgaço, 19 de Dezembro de 2021

 Grupo Municipal do Partido Socialista



DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO
SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “8” DA “ORDEM DO DIA” DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 18/12/2021

**(“Lista de Prédios Degradados no concelho de Melgaço para o ano de 2021, bem como
aprovação da respetiva majoração do IMI a aplicar”)**

Não se olvida que o artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis prevê, no seu nº 8, a possibilidade da majoração, até 30%, da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, mediante deliberação da Assembleia Municipal nesse sentido.

O que aqui importa sopesar, e ponderar, na opção (que é política) por tal majoração, em ordem a lograr extrair uma conclusão, é, todavia, se tal medida tem contribuído, positivamente, para a reabilitação do nosso parque habitacional e para a recuperação das construções degradadas em Melgaço.

Não nos restam dúvidas de que tal medida, mais do que não surtir efeito útil, se tem revelado contraproducente.

E a atestá-lo está o facto de a dita lista (verdadeira “lista negra”) vir aumentando, de ano para ano, à razão de dezenas de prédios (eram 54 no ano de 2008 e são 337 no de 2021).

A majoração no pagamento do IMI (cuja taxa, de *per si*, o Executivo PS também já não vem fixando pelo mínimo), apenas contribuirá para desincentivar os proprietários, para o abandono do território, para o esquecimento do que é nosso.

Trata-se de uma medida penalizadora (das famílias e dos cidadãos proprietários dos imóveis), verdadeiramente persecutória, e, diríamos ainda, também vexatória.

Vexame, repare-se, a que nem o Município de Melgaço escapa, por também constar, como proprietário ou comproprietário, da famosa lista de prédios degradados (conforme prédio nº 149, sito na freguesia de Paderne), e logo por reporte a um prédio em ruínas. Se o Executivo PS quiser castigar os demais proprietários que trate de dar o exemplo.

De acordo com dados do mês de março do transato ano de 2020 apenas 45 dos 308 municípios portugueses tinham optado por majorar a taxa de IMI apenas para os prédios degradados. Melgaço não tinha que ser um deles.

A avidez e cegueira na arrecadação de receita tributária, a apetência do Executivo PS para ir ao bolso dos Melgacenses, é notória, e já uma imagem de marca na sua forma de governar o concelho.

Tal avidez e apetência manifestam-se nesta proposta de aplicação da taxa máxima aos prédios em mau estado de conservação, manifestam-se na majoração da taxa de IMI ao sêxtuplo no que concerne aos prédios devolutos, e manifesta-se na taxa máxima de IRS que não devolve às famílias residentes.

Não é à toa que as pessoas fogem de Melgaço. Não é à toa que perdemos 8 vezes mais população do que a média nacional e 3 vezes mais do que a média do distrito, divergência (para pior) que o senhor presidente da Câmara não nos consegue explicar, a não ser justificando-a, falaciosamente, com a emigração, esquecendo-se que este é um fenómeno que já vivenciamos desde a década de cinquenta do século passado.

Acresce que esta medida é cega e potencialmente injusta. Cega porque tanto ataca ricos como pobres. Potencialmente injusta porque não olha a cada caso concreto e às causas, motivos ou razões que possam estar na origem da falta de reconstrução, que poderão passar por falta de meios financeiros das famílias, por impasse na efetivação das partilhas e na adjudicação dos bens que pertençam a heranças indivisas (mormente por herdeiros emigrados ou ausentes em parte incerta), ou até por falta de empresários na área da construção civil que consigam responder, positivamente e no curto prazo, às solicitações que lhe são dirigidas.

Para se conseguir a regeneração urbana, e criar dinâmicas na atividade da construção civil e na recuperação do edificado, importa implementar, antes, políticas positivas, de incentivo e apoio à recuperação das casas, nomeadamente com a isenção de taxas de urbanização e de edificação, com a isenção do IMI durante um lapso de tempo suficientemente alargado, com a criação de um gabinete que auxilie os proprietários na legalização dos seus prédios e na elaboração dos projetos, e com a agilização dos momentos da sua apreciação, da decisão e da aprovação.

Se a opção política fosse por aqui (e não é) certamente que o Executivo PS teria, neste particular, o nosso cabal apoio.

É, pelo exposto, o nosso expresso sentido de voto (abstenção).

Os eleitos do PPD/PSD.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO
SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “10” DA “ORDEM DO DIA” DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 18/12/2021**

(“Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de curto prazo para o ano de 2022”)

Mais uma vez a Câmara Municipal solicita autorização para a contração de um empréstimo de curto prazo, sendo o valor para que se requer autorização, ano após ano, sempre o mesmo.

Desde que nos lembramos, e este é o quarto mandato como deputado municipal do autor desta concreta declaração de voto, este empréstimo sempre foi requerido. Como motivação, como sempre, justificações vagas e genéricas. Fala-se em sazonalidade da receita, picos de constrangimento. Mas os planos de despesa não são feitos pensando nisso?! Após tantos anos já se deveria ter aprendido a gerir os fluxos de despesa e tesouraria sem ter de recorrer a endividamento.

As motivações para justificar o empréstimo são como sempre vagas e genéricas pois é obviamente insindicável saber da sua necessidade e especialmente quanto à razoabilidade do montante, quando não se justifica a proposta com o plano mensal concreto de previsão de receitas e despesas.

E quando não são vagas, são inaceitáveis. Refere-se a execução da obra na Zona Industrial de Alvaredo... mas não acabou de ser referido no ponto 7 da Ordem do Dia desta mesma Assembleia que tal obra vai ser financiada pelo BEI?

Acresce que a liquidez da CMM deveria estar presentemente mais robusta, tornando desnecessário este endividamento, pois sendo inegável que a pandemia dos últimos dois anos implicou despesas não previstas, também é verdade que permitiu substanciais poupanças nos gastos do Município, designadamente no que concerne às despesas com grandes eventos, cuja realização foi cancelada.

Face ao dito, conclui-se que claramente está indiciado que tal instrumento de financiamento não está a ser usado para suprir pontuais dificuldades de tesouraria, mas antes como um meio de

obtenção de crédito com carácter de regularidade e de estabilidade, aproveitando a abertura legal para que não seja contabilizado para efeitos de endividamento.

E face a tal conclusão os eleitos do PSD não podem compactuar com essa situação e nestes termos não o podem aprovar.

É, pelo exposto, o nosso expresso sentido de voto (abstenção).

Os eleitos do PPD/PSD.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO
SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “11” DA “ORDEM DO DIA” DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 18/12/2021

(“Análise e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2022”)

Relativamente à análise dos documentos apresentados, referentes às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, temos várias considerações a fazer.

Na nota introdutória há um conjunto de afirmações que pretendem fazer-nos acreditar que estamos no país das maravilhas, como se o país não fosse um dos que mais tempo leva a recuperar o PIB pré Covid-19, como se não fosse o terceiro país mais endividado da Zona Euro, que continua a divergir económica e socialmente da Europa, como se não tivesse sido nos últimos anos ultrapassado por muitos países de Leste, que aderiram à Comunidade Europeia muito depois de nós.

Poderemos usar como termo de comparação a Irlanda, cujo PIB já está já muito acima do da pré pandemia, um país que aderiu à Comunidade Europeia aproximadamente na mesma altura que Portugal, quando o seu PIB era duas vezes e meia menor que o nosso, sendo que atualmente nos ultrapassa em mais de sete vezes.

Temos muito que aprender, e muito caminho a fazer.

Relativamente às Grandes Opções do Plano verificamos que é mais do mesmo, estando-se perante um documento nada inovador, sem criatividade, retratando uma continuidade de políticas que não servem Melgaço e os Melgacenses.

É um documento de continuidade e que não leva a resultados diferentes, de que bem precisamos. Se formos sempre pelo mesmo caminho o destino e os resultados serão sempre os mesmos, perdendo-se uma oportunidade para mudar Melgaço, do que bem precisa.

De facto, e como facilmente se pode verificar, com a receita aplicada ao longo dos últimos anos Melgaço tem ficado na cauda do desenvolvimento económico e social do distrito; perdemos mais de 15% da população na última década; temos o rendimento *per capita* mais baixo dos concelhos do Alto Minho; somos um dos concelhos mais envelhecidos; não fixamos jovens.

Se fizermos uma análise dos dados dos últimos 12 anos (desde 2007) constatámos que Melgaço tem vindo a perder posição relativamente a outros concelhos, ou seja, estamos a empobrecer. Tendo essa data como ponto de partida verificamos, também, que há concelhos que

muito melhoraram, fruto de políticas públicas adequadas e capazes de promover o desenvolvimento local.

Depois do discurso de tomada de posse do senhor Presidente da Câmara, em que afirmou que o primeiro mandato foi para diagnosticar e corrigir, o segundo para planear, e o terceiro para executar, tínhamos fundadas expectativas de que este primeiro ano de novo mandato pudesse ser diferente para melhor.

Claramente as Grandes Opções do Plano e Orçamento insistem num modelo de desenvolvimento caduco, fora do contexto atual, e que continua a comprometer o futuro de Melgaço.

Não se compreende que nos documentos apresentados não se contenha, por exemplo, qualquer referência à agilização, à regularização e ao licenciamento das explorações de criadores de animais, à promoção e ao fomento da atividade pecuária, potenciando os recursos dos nossos montes, à criação da (há vários anos prometida) zona de caça turística, à criação da zona de Parapente junto ao parque eólico de Pernidelo, em Roussas, ou à recuperação/reabilitação dos edifícios da Fronteira, em São Gregório.

Com preocupação verificamos a previsão de um aumento (mais um), de 16%, na receita da água, de 20% no saneamento, e de 32% nos resíduos sólidos urbanos.

Relativamente ao orçamento verifica-se que os problemas de gestão do Município, de uma forma geral, persistem. Esta proposta de orçamento está em linha com orçamentos de anos anteriores. Não inova, não revela imaginação, não contém estímulos à economia, sem que traduza ou venha a produzir mais bem-estar para a população Melgacense. Verificamos as debilidades de sempre, com pouco apoio à criação de emprego, pouco apoio ao comércio local, com o mesmo a definhar, com jovens a partir e com o envelhecimento populacional contínuo e assustador.

Olhando para os documentos do orçamento verificamos que em relação à despesa salta logo à vista a elevada estrutura de despesa corrente, face à capacidade do Município em gerar receitas próprias, o que se traduz numa preocupação efetiva acerca da sustentabilidade futura da Autarquia e, conseqüentemente, da economia local.

Verificamos ainda o reduzido nível de liquidez e a incapacidade de gerar poupança corrente.

Outra fragilidade deste orçamento reside no facto de o investimento estar excessivamente dependente das receitas de capital, nomeadamente dos fundos comunitários, sendo que as execuções apresentam, posteriormente, taxas de execução muito baixas.

Este orçamento demonstra, ainda, uma forte debilidade na gestão, traduzida numa falta de capacidade do Município em libertar receitas próprias que são necessárias ao investimento.

Constata-se, igualmente, que as transferências de fundos para as freguesias se mostram residuais, face à despesa total estimada no documento (decrecem 450 mil euros, em contrapartida com as despesas com assessoria de comunicação, que crescem 25%).

Entendemos, de uma forma particular, que era importante que a gestão da Autarquia enveredasse por uma redução da despesa corrente, com uma estratégia global naquilo que são as suas opções, de forma a libertar mais meios para um maior e melhor investimento.

Entendemos, ainda, que o Município deveria ser muito mais ambicioso, delineando uma estratégia audaz e que correspondesse aos anseios de todos os Melgacenses, com objetivos concretos, medindo e acompanhando, e apresentando resultados, para que, a final, Melgaço pudesse ter um Futuro Melhor.

Acresce dizer que o documento não acolhe praticamente nenhuma das vinte e uma propostas apresentadas pelos eleitos do PSD em reunião preparatória com o Executivo.

Vemos como positiva a nova Zona Empresarial (de Alvaredo), sendo esta uma obra que o PSD reclamava, porém, desde há mais de 15 anos.

É, pelo exposto, e justificadamente, o nosso expresso sentido de voto (contra).

Os eleitos do PPD/PSD.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto n.º 11 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 18 de Dezembro de 2021: "Análise e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2022"

É gratificante para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista verificar que o Plano e Orçamento para 2022, apresentado nesta Assembleia Municipal, vêm de encontro às grandes linhas de atuação anunciadas pela maioria socialista seguindo, assim, uma tônica de verdade e seriedade que tem sido "marca" dos socialistas melgacenses.

O Plano e Orçamento para 2022, no montante de cerca de 26 milhões e setecentos mil euros, alicerçado numa carteira de obras e projetos concretos e dinamizadores, demonstram o trabalho responsável e dinâmico da autarquia.

Trata-se de um Plano e Orçamento, que embora focado no industrial, o que já por si seria alavancador para o território, abrange, também, as mais diversas áreas do desenvolvimento e da economia concelhia, indo desde o planeamento e ordenamento do território até ao desenvolvimento económico, passando pela cultura, pela formação/educação e pelo desporto, abrangendo, ainda, áreas tão importantes para a população como o abastecimento de água, o saneamento básico e a melhoria da rede viária e não esquecendo a política social, que continua a ser uma das grandes prioridades da autarquia.

De destacar, também, o reforço de verbas para as Freguesias, o que reforça a intenção do executivo em continuar a trabalhar, numa estreita parceria, com as Juntas de Freguesia, parceria essa que tem, ao longo dos anos, trazido desenvolvimento a todo o concelho.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

Por tudo isto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente os documentos apresentados.

Melgaço, 18 de Dezembro de 2021

PS Grupo Municipal do Partido Socialista